

VIOLÊNCIA E LIBERDADE ASSISTIDA: O que pensa o Assistente Social?

Fabiana Aparecida de Carvalho¹

RESUMO

Este artigo constitui-se da pesquisa de doutorado em serviço social, em andamento. Estuda a concepção acerca da violência, dos assistentes sociais que atuam no acompanhamento da liberdade assistida. Sendo executores das políticas públicas: como reverbera tal concepção em sua intervenção profissional? qual é a propriedade do profissional acerca das estruturas capitalistas, bem como das Crises do Estado e de como estas realizam rebatimento nos fenômenos da violência? qual a relação estabelecida: sociedade capitalista contemporânea, adolescências, violências? A metodologia é caracterizada por sua natureza qualitativa e pretende-se aplicá-la em programas de liberdade assistida de duas cidades do Estado de São Paulo. **Palavras Chave:** violência, serviço social, adolescência, liberdade assistida, prática profissional.

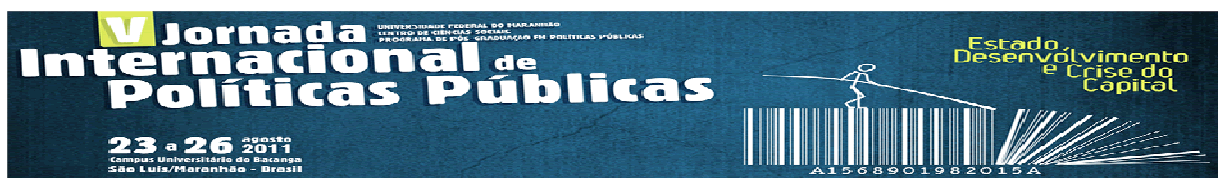
ABSTRACT

This article consists of doctoral research in social service in progress. Studies the conception of violence, social services monitoring in freedom Assisted. As implementers of public policy: how it reverberates in your design professional intervention? which is the property of the professional about the capitalist structures, and the Crisis of the State and how they perform battling the phenomena of violence? what is the relationship established capitalist society contemporaries, teens, violence? The methodology is characterized by its qualitative nature and is intended to apply it to watch programs of freedom in two cities of São Paulo. **Keywords:** violence, social service, adolescence, probation, work practice.

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho reflete a pesquisa em desenvolvimento, no curso de doutorado em serviço social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Propõe o estudo da

¹ Mestre. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. biataia@yahoo.com.br



concepção dos profissionais do serviço social que atuam nos programas de liberdade assistida acerca da violência. Ainda, investiga o impacto dessa concepção na atuação profissional direta. Trabalhar com a violência como uma das expressões da questão social exige do profissional, respaldo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo consolidado e socializado. O assistente social, pode corroborar na equipe multidisciplinar para a ampliação dos fatos trazidos pelos adolescentes e famílias, situando-os no contexto social mais complexo e referenciando-os à rede socioassistencial de atendimento. E, se não houver respaldo da rede, pode, através da sistematização e profunda investigação e reflexão de sua prática, forcejar a estrutura para que construa o desenho de gestão e de serviços descritos no SUAS – Sistema Único de Assistência e no SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socio-Educativo.

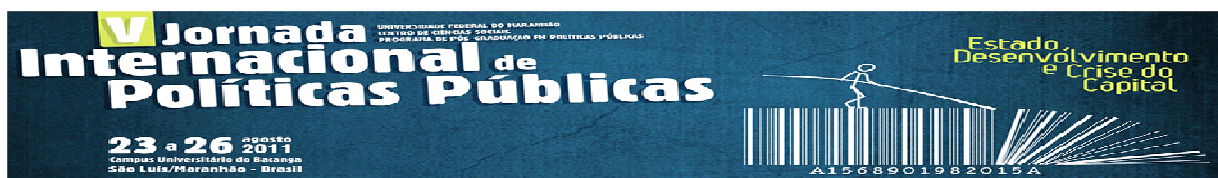
Vale esclarecer que a liberdade assistida, trata-se de uma das medidas socioeducativas em meio aberto, estabelecida pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/1990. Ainda, os adolescentes que cumprem a liberdade assistida encontram-se na condição simultânea de autores e vítimas da violência. (Adorno, 1999).

Desse modo, investiga qual o movimento atual – no universo pesquisado – rumo ao compromisso ético-político da categoria a favor do usuário, na participação (ou não) da construção de caminhos para outra organização societária, que não possua como objetivo central o lucro e a mais-valia e que não tenha como instrumentos direcionadores a própria desumanização e coisificação do próprio homem.

II. JUSTIFICATIVA

Qual a relevância de se pesquisar o entendimento do assistente social que atua na liberdade assistida acerca do fenômeno da violência? E ainda, indagar se este profissional propicia ou corrobora através de sua intervenção profissional, a efetivação da emancipação política ou humana de seus usuários?

O assistente social é um dos profissionais que trabalha diretamente com as mazelas do capital, e tem na questão social um campo distinto de atuação direta. Favorecem a emancipação política e/ou a emancipação humana? Podemos aventar que como aponta Silva (2007), embora o serviço social tenha concretizado o movimento de reconceitualização e com isso a tentativa de ruptura com o serviço social tradicional, a apropriação teórica



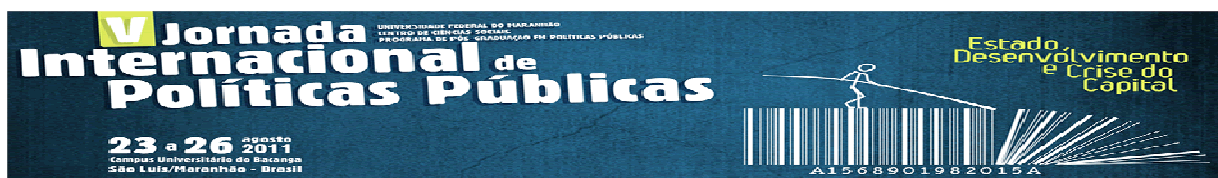
marxiana ficou empobrecida, também pelo momento repressivo da história que se via o país. O que corroborou para que equivocadamente houvesse a responsabilidade ou atribuição da revolução legada ao serviço social,

a perspectiva da revolução não é apanhada na sua complexidade, ou seja, como uma possibilidade histórica potencializada pela luta de classes e por condições históricas determinadas. A revolução, então, aparece como uma tarefa do Serviço Social e de um conjunto de profissionais messianicamente comprometidos com a “capacitação”, com a “organização” das massas e com a “transformação da sociedade” (SANTOS, 1983 apud SILVA, 2007, p.284).

Ainda como parte ou cenário desse equívoco encontra-se a própria concepção de emancipação política e humana (SILVA, 2006, 2007).

Para elaborar uma ligeira diferenciação entre a emancipação política e a emancipação humana podemos apontar como um avanço histórico *a dissolução da velha sociedade, a essência do Estado alienado do povo e a dissolução do poder senhorial* (LESSA, 2007, p. 36). Entretanto lembrar que a emancipação política não está limitada à superação do feudalismo, mas envolve as demais características dos sistemas de produção pré-capitalistas – chamadas por Marx de feudalidade. No período histórico do feudalismo o próprio nascimento determinava limites intransponíveis aos seres humanos, onde, se tivesse nascido nobre, ou servo, assim o seria até a morte.

Os lugares dos indivíduos na comunidade eram determinados pelo próprio Estado, através da propriedade privada, família e tipo e modo de trabalho. O que se chama de feudalidade foi superado entre 1776 e 1830 pelo conjunto de transformações históricas tendo como referências a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Ocorre uma nova relação entre o indivíduo e o Estado, chamada por Lessa de *tipicamente capitalista*. Inserida na forma burguesa, a propriedade individual alcança a mesma validade em qualquer comunidade. Destacamos que nesse contexto, a propriedade privada, na forma burguesa, atinge a independência da comunidade, e, nos termos marxianos de 1843, ocorre, assim, a emancipação política (LESSA, 2007). A emancipação política retira da esfera do Estado a vida concreta – o que inclui a propriedade privada – dos indivíduos, liberta a propriedade privada das amarras da feudalidade e, assim, remove os obstáculos à sua plena regência sobre a reprodução social. O Estado que brota da emancipação política, longe de destruir a propriedade privada, a pressupõe. (MARX, 1969, APUD LESSA, 2007).



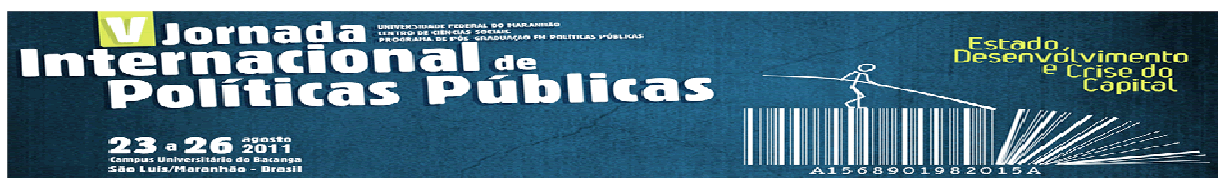
Assim, com essa forma de emancipação política, de todos contra todos, o Estado que emerge é a única generalidade possível. Nesse sentido, se o Estado pode comparecer como generalidade, a individualidade pode apenas comparecer como cidadania. O autor aponta a emancipação política como *a realização histórica da sociabilidade regida pela propriedade privada burguesa na qual os homens não passam de joguetes de seus poderes alienados* (LESSA, 2007, p. 40):

A afirmação dos direitos, não realiza, mesmo que radicalizada, a emancipação humana. O seu empobrecimento e banalização, ou em outras palavras, a sua captura e utilização, a partir dos interesses de mercado que restringem e empobrecem as noções de democracia e cidadania 'para os mais fortes', também são sérios e concretos obstáculos à emancipação humana (SILVA, 2006, p.51).

Tanto a emancipação política quanto a emancipação humana são categorias marxianas. A primeira revela o progresso de *constituição histórica da sociabilidade regida pela propriedade privada burguesa*. A segunda, a emancipação humana, "é a superação da propriedade privada e a constituição de uma sociabilidade comunista." (LESSA, 2007). Que sociedade é esta onde atua o assistente social?

Na atualidade podemos observar a renovação da velha questão social sob novas roupagens e novas condições sócio-históricas. Assim, é possível levantar novas expressões da questão social. Como por exemplo, a lógica financeira do regime de acumulação que tende a provocar crises mundiais gerando recessão; o espaço antes fordista-taylorista com tendência à liderança a especialização flexível; as intensas mudanças na relação Estado-sociedade civil orientada pelo neoliberalismo; a afetação da esfera da sociabilidade invadindo as diferentes relações sociais com uma lógica pragmática e produtivista, com mentalidade utilitária e individualista. (IAMAMOTO, 2001). Compreendemos que a prática do serviço social não acontece de modo isolado ou separado da própria realidade que o cerca. Para tanto situamos o serviço social na sociedade capitalista, em seu estágio de ordem burguesa madura.

Nessa conjuntura destacamos a globalização econômica e a ideologia neoliberal. O impacto da primeira – globalização - no mundo do trabalho e no cotidiano dos trabalhadores é materializado inclusive, através da flexibilização no mundo do trabalho que condensa em si vários processos: no mundo produtivo, traduzido pelas modificações



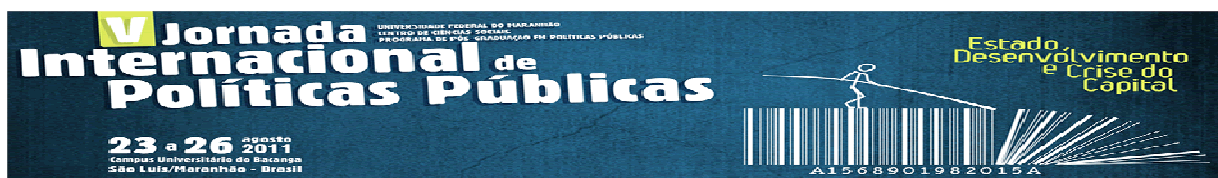
nos métodos de produção; na criação de novas formas de trabalho, na expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, vinculado à chamada economia informal, contando com a baixa remuneração e a escassa inserção nas políticas assistenciais. Junto desse processo, encontra-se o aumento do desemprego, como aponta Pastorini (2007) ou a ociosidade forçada de trabalhadores, como denomina Iamamoto (2001).

Nesse quadro, o Estado Intervencionista assume o papel de Estado Mínimo com a vigência do segundo elemento destacado - a ideologia neoliberal. Assim, presenciamos a minimização do Estado Interventor frente às questões sociais, reservando ao Estado o papel de garantir as propriedades e liberdades individuais intervindo somente nas esferas em que o mercado não possa ou não se interesse em dar resposta. Como consequência há a redução de direitos sociais, das políticas sociais, e sendo necessário, dos direitos políticos, com a justificativa dos direitos civis – notadamente o direito à propriedade privada. (PASTORINI, 2007).

É neste contexto que se desenvolve a atuação profissional de serviço social, pois seu trabalho se efetiva diretamente no enfrentamento das manifestações da questão social. Vale lembrar, como já dissemos que a conjuntura atribui a ela novos traços. Entretanto, a mesma está historicamente ligada à emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político. Momento em que exige o seu reconhecimento como classe, pelos representantes do poder, em especial, do próprio Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização dos direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (IAMAMOTO, 2001). A questão social é compreendida neste estudo como,

um complexo social que faz parte da natureza da propriedade privada no capitalismo, ou seja, é manifestação direta da apropriação privada da produção social e da lei geral da acumulação capitalista (MARX, 1984, p. 187 APUD SILVA, 2007, p.283).

De acordo com Iamamoto (2001) a questão social expressa as diferentes disparidades econômicas, políticas e culturais das classes, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais. Há que se cuidar para que o trato da questão social não passe a ser orientado pela teoria de integração social. Nessa teoria se naturalizam as desigualdades sociais, as políticas sociais perdem o caráter de conquista e minimizam-se à condição de concessão, benevolência e filantropia. Os



usuários que devem ser entendidos como portadores de direitos são reduzidos à condição de beneficiários e assistidos. De acordo com Pastorini (2007) esse tipo de direcionamento tende a gerar soluções que mesclam a integração social composta de políticas compensatórias com as medidas repressivas, conforme a demanda da conjuntura histórica. Nesse sentido, a resposta às manifestações da questão social é entendida no interior da luta de classes, e desenvolvida a partir de políticas sociais universais.

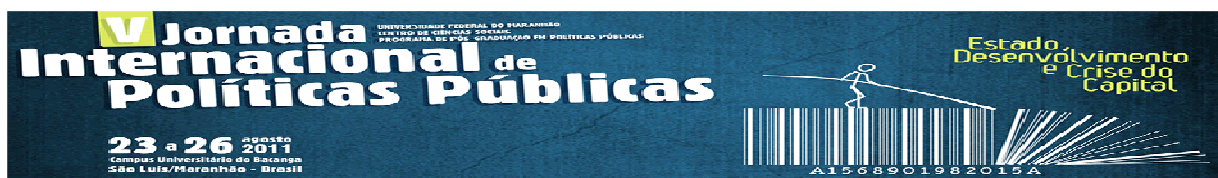
Nesse momento materializa-se para o profissional do serviço social o desafio de perseguir o real como “concreto-pensado”. Como exemplo temos a própria análise do fenômeno da violência em sua totalidade, embora suas diversas manifestações não sejam descartadas. (SILVA, 2007)

De acordo com Trassi (2006) há o desafio da articulação entre as diferentes áreas do conhecimento para a compreensão mais profunda do que é a violência. Acerca do tema aponta que, cada uma das expressões da violência está referenciada à mesma base material, humana e cultural da nossa sociedade e do mundo. (TRASSI, 2006, p.206).

Silva (2007) reconhece a existência das diferentes formas de objetivação e particularização da violência, entretanto aponta para a dificuldade de lidar com este fenômeno em sua totalidade. Além disso, aponta (2006) que analisar a violência como categoria histórica e na perspectiva de totalidade não significa que todas as facetas da mesma sejam oriundas da ordem societária, entretanto, minimamente essa ordem societária *propicia o terreno sócio-histórico e as condições objetivas para a materialização de todo e qualquer processo violento* (..) (SILVA, 2006, p.36,37).

A violência é vista por Silva (2007) como um fenômeno multifacetado que transita entre o individual e o coletivo, onde há o envolvimento tanto da infra-estrutura como da superestrutura, ou seja, o modo como se organiza a sociedade e sua sustentação ideológica. Utiliza-se do conceito da violência estrutural, que é constituída por diversas ações ocorridas e reproduzidas no dia a dia, porém camufladas como necessárias à saúde social. Salientamos que também se propõe nesse estudo o devido aprofundamento teórico por parte da pesquisadora, inclusive, do tema violência no decorrer do trabalho.

Acerca da violência, Silva (2007) lembra ainda, que algumas manifestações da mesma não são vistas ou divulgadas assim por conta do olhar respaldado nas ideologias e perspectivas de classe. Como exemplo Silva (2007, p.132) coloca a naturalização de manifestações da questão social, o desemprego estrutural, a chamada “exclusão social”.



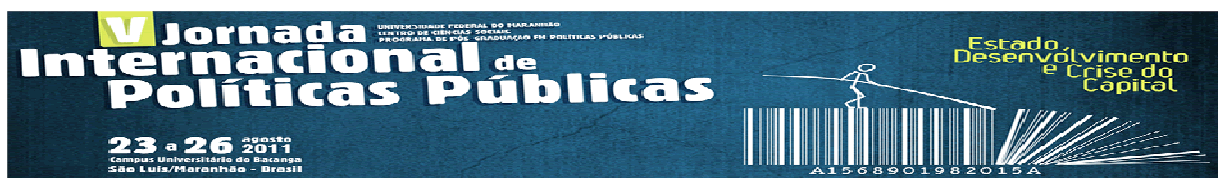
Ao passo que manifestações de movimentos sociais recebem, via de regra, a identificação taxativa da violência. Aponta que as violências do cotidiano têm se feito freqüentes na sociedade capitalista e burguesa madura do século XXI, indaga se o não acesso aos direitos fundamentais, não se consubstancia, de igual forma, como insegurança?

Não podemos perder de vista que vivemos em um contexto de ideologia (neo) liberal com forte apelo ao individualismo, onde alguns julgamentos são engessados e tornam-se preconceitos (...) (SILVA, 2007, p. 144 e 145). Esse mesmo contexto impacta diretamente não somente o usuário, como também o profissional de serviço social, também inserido no mesmo. O profissional sofre o risco de participar do engodo da culpabilização individual, ou mesmo da família do usuário e da própria cristalização desses e demais preconceitos. Além de também incorrer no ímpeto de alimentar o estereótipo, às vezes, atribuído à profissão, como meramente interventiva, o que parece culminar na prática pela prática.

Se considerarmos a origem da profissão, a construção da identidade da mesma até o presente, inseridas em um contexto histórico, político e social de transformações do sistema capitalista, percebemos que a concepção do assistente social acerca de qualquer fenômeno, será a sua lente. Lente, tanto no que se refere ao atendimento e operacionalização da política social direta ou indireta com a população usuária, como também elemento direcionador de seu compromisso ético e político da própria profissão. Desse modo, a concepção do assistente social acerca da profissão, da violência, e da sua própria análise no que refere-se a associação da intervenção profissional, direcionará sua forma, não somente de enxergar o usuário, de operacionalizar sua ação, de consolidar a profissão, como também de intervir e participar de espaços de construção de política pública.

Nesse sentido, salientamos a relevância desse estudo através da indagação: como os assistentes sociais trabalham com as noções de emancipação política e emancipação humana, face ao campo de intervenção de questões ligadas à violência, neste contexto objetivo, social e histórico que vivenciamos na contemporaneidade?

III. OBJETIVOS



O objetivo geral deste estudo constitui-se em perquirir a compreensão do profissional de serviço social que atua no acompanhamento da liberdade assistida, acerca do fenômeno da violência e investigar a materialização da mesma sua atuação profissional, na perspectiva da emancipação política e emancipação humana.

Além disso, busca investigar qual a compreensão deste profissional no que se refere à estrutura e dinâmica da sociedade capitalista, suas crises e as possíveis afetações nos fenômenos estudados.

IV. METODOLOGIA

Nesse estudo, que se caracteriza pela natureza qualitativa, a investigação acerca dos itens supracitados, será feita por meio da história oral, elaboração de tesouro relativo ao tema, realização de entrevistas e análise de conteúdo.

Esta metodologia, de acordo com Cassab (2003), viabiliza o registro da versão daqueles que geralmente são excluídos dessa possibilidade, contrariando assim, o movimento histórico que tem a classe hegemônica na escrita como marco essencial para contar a sua história.

V. CONCLUSÃO

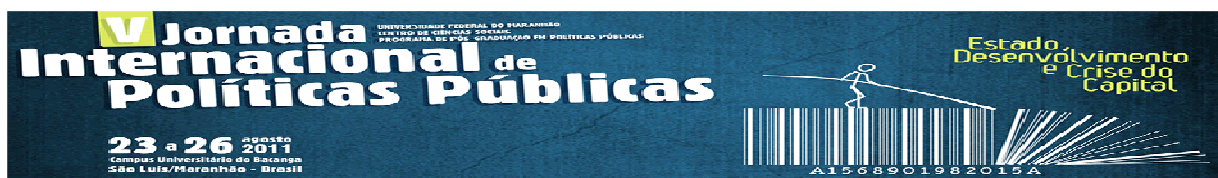
Por tratar-se de uma pesquisa em andamento ainda não há conclusão do estudo, entretanto, é conhecida a urgência e necessidade de estudar e perquirir a realidade social, a partir do concreto-pensado. Por este fato, a proposta desta pesquisa, visa conhecer e perquirir a concepção de violência do assistente social que atua na liberdade assistida, bem como descobrir como a mesma reverbera em sua prática na perspectiva da emancipação política e emancipação humana.

VI. BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S. A violência disseminada: O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 13, n4, Out/Dez. 1999. Disponível em: http://www.scielo.php?script=sci_abstract&lng=en&tlng=en acessado em abril de 2007.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Cidadania e Trabalho, 13ª Edição, 2004.

CASSAB, L. A., História Oral: Miúdas Considerações para a Pesquisa em Serviço Social. **Revista Serviço Social UEL**, v.5., n.2, Jan/Jun 2003.



IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporales**, ABEPSS, 2001, n. 3, p.9 – 31.

LESSA, S. A Emancipação Política e a Defesa dos Direitos. **Serviço Social e Sociedade**, n. 90, p. 34 – 57.

PASTORINI, Alejandra., A categoria “questão social” em debate, São Paulo: Editora Cortez, 2007, 120p.

SILVA, F. S. da. O Recrudescimento da Violência nos Espaços Urbanos: desafios para o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade: Ética Pública e Cultura de Direitos**, n. 89, ano XXVII, março/2007, p.130 – 151.

_____. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. **Ser Social: Desemprego, Desigualdade e Violência**, n. 19, jul/dez/2006. p. 31 – 58.

_____. F. S. da. Pesquisa e produção do conhecimento em serviço social **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 282-297. jul./dez. 2007

TEIXEIRA, M. de L. T. Evitar o Desperdício de Vidas. Justiça Adolescente e Ato Infracional, In: **Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização**. SP, ILANUD, 2006. p.427 – 447.

TRASSI, M. de L. **Adolescência – violência: desperdício de vidas**, São Paulo: Cortez, 2006, 264 p.